
COMPROMISSO COM A PAZ

Propostas educativas dos protestantes portugueses no *post* I Guerra Mundial

José António Afonso*

Resumo: Pretendemos com esta reflexão identificar e analisar a receção e reacção das comunidades protestantes portuguesas, quer ao rebentar do conflito que dividiu a Europa entre 1914 e 1918 – a I Guerra Mundial –, quer nas sequelas humanas e geopolíticas do conflito. Seguiremos, através de imprensa protestante, por um lado, as principais manifestações de denúncia do conflito por parte dos metodistas, dos presbiterianos e dos elementos da Igreja Lusitana, seriando os argumentos então aduzidos, e naturalmente captaremos a adesão às posições de Portugal quando lhe é declarada guerra pelos Alemães; e, por outro lado, rastreamos as fases de mobilização dessas mesmas comunidades, reservando particular atenção ao modo como difundiram as propostas humanitárias e ecuménicas ensaiadas nas frentes de batalha e como essas lições estruturam o modelo educacional disseminado após o Armistício.

Palavras-chave: Protestantismo, educação, paz, Portugal

COMMITMENT TO PEACE: EDUCATIONAL PROPOSALS OF THE PORTUGUESE PROTESTANTS IN THE *POST* FIRST WORLD WAR

Abstract: With this reflection, we intend to identify and analyze the reception and reaction of the portuguese protestant communities, in both the outbreak of the conflict that divided Europe between 1914 and 1918 – the I World War –, and the human and geopolitical sequelae of conflict. We will follow, through the Protestant press, on the one hand, as the Methodists, the Presbyterians and the elements of the Lusitanian Church, the main manifestations of denunciation of the conflict, mapping out the arguments, and of course we will capture adherence to the positions of Portugal when it is declared war by the Germans; and, on the other hand, we will trace the phases of mobilization of these same communities, with particular attention being paid to both how the humanitarian and ecumenical proposals tested on the battle fronts and how these lessons structure the educational model disseminated after the Armistice.

Keywords: Protestantism, education, peace, Portugal

* Instituto de Educação/CIED – Universidade do Minho (Braga, Portugal).

ENGAGEMENT POUR LA PAIX: PROPOSITIONS EDUCATIVES DES PROTESTANTS PORTUGAIS DANS L'APRÈS PREMIÈRE GUERRE MONDIALE

Résumé: Cet article vise à identifier et à analyser la réception et la réaction des communautés protestantes portugaises, tant au début du conflit qui a divisé l'Europe entre 1914 et 1918 – la Première Guerre mondiale –, qu'en termes de conséquences humaines et géopolitiques liées à ce conflit. Dans un premier temps, nous suivrons à travers la presse protestante, les principales manifestations critiques du conflit, comme l'ont fait les méthodistes, les presbytériens et les éléments de l'Église lusitanienne, en regroupant les arguments exposés, et nous nous intéresserons bien sûr aux voix défendant les positions du Portugal lors de la déclaration de guerre par les Allemands. Dans un deuxième temps, nous étudierons les différentes phases de la mobilisation de ces communautés, en réservant une attention particulière à la façon dont se sont propagées les propositions humanitaires et œcuméniques testées sur les fronts et à la manière dont ces enseignements ont structuré le modèle éducatif disséminé après l'Armistice.

Mots-clés: Protestantisme, éducation, paix, Portugal

Introdução

A presença protestante em Portugal, desde a década final de 800, estruturou-se com base em dispositivos educativos (escolas regulares e dominicais), associativos, filantrópicos, mutualistas e assistenciais, onde se cruzavam os objetivos da alfabetização e da escolarização com os prelúdios da tolerância, do pacifismo e da solidariedade, pressupondo também um compromisso de respeito pela natureza e por todos os seres vivos, tendo em vista a constituição de redes, de matriz cristã, duradouras que justificassem a construção de sociedades justas e livres. O deflagrar do anunciado conflito bélico provoca reações contrastantes, patenteando a pluralidade de posições, que mesmo sendo anglófonas, não deixam de evidenciar o lugar da sua enunciação como marca, quer da diversidade de atores sociais, quer o estilo como matizam as suas opções.

Incidir a reflexão sobre uma religião minoritária, pressupõe que estes cidadãos portugueses se sentiam catapultados para escolher e apoiar um dos lados em contenda. O processo de construção retórica dessa identidade está também impregnado pela «cultura de guerra» que se vai forjando, e que ultrapassa a própria prova das frentes de combate. De modo a captar as posições desses atores, mobilizamos como fonte informacional as notícias, transcrições, artigos e reflexões veiculadas pela imprensa protestante. Privilegiamos os seguintes periódicos: *A Luz e Verdade*; *Amigo da Infância*; *Igreja Lusitana*; *Light & Truth*; *O Bom Pastor*; *Portugal Evangélico*; e *Triângulo Vermelho*, por corresponderem essencialmente ao quadro das denominações metodistas, presbiterianas e da Igreja Lusitana, que visibilizaram o seu empenho em discutir, participar e projetar soluções para uma paz de futuro. Assumimos, por um lado, que os textos são um

documento social homogéneo – segundo a proposta metodológica de Marc Angenot (2010) – que capta uma determinada conjuntura histórica, promovendo a circulação e transformação dos enunciados, segundo lógicas (e linguagens) associadas à prática de determinado grupo social ou movimento, portanto nesta perspectiva são factos sociais (Angenot, 2010) com uma coerência intrínseca (Angenot, 2010) e com o objetivo de «produzir consenso» (Angenot, 2010: 47); e, por outro lado, a imprensa evidencia uma tripla história: social, cultural e política, como sugere Christophe Charle (2004), porque para além das dimensões da vinculação de um estatuto editorial (e do estilo de redação e natureza das mensagens) com um destinatário – os leitores – introduz a dimensão da imprensa como um instrumento de luta política, que por exemplo as grandes ruturas deixam prever, como é o caso da Guerra de 1914-1918; a imprensa é portanto «um instrumento ativo da construção da cultura do tempo» (Charle, 2004: 19). Neste sentido, então, os documentos sociais são documentos históricos já que ao revelarem que descrever é sinónimo de enunciar problemas, remetem para o modo próprio como determinados atores sociais experienciaram e reagiram a uma conjuntura disruptiva.

1. Protestantismo e ação social

Uma rápida panorâmica sobre o nascimento das manifestações no Portugal oitocentista permite identificar que a par de um conjunto de estrangeiros desponta uma geração portuguesa – diferenciada na sua estrutura sociológica e cultural – que aderindo ao repertório protestante constituiu a denominada Igreja Lusitana enquanto organização que recupera a tradição velho-católica (de raiz portuguesa) incorporando-a no ideário progressista veiculado pelo movimento do *Réveil*.

Uma proficiente cooperação estabelece-se com os movimentos de cariz internacional – metodistas, presbiterianos e batistas – e a expressão portuguesa de independência de Roma. As propostas elaboradas (e as ações encetadas) pretenderam ser princípios primordiais para que um Portugal se pudesse imaginar de uma forma distinta (Afonso, 2014).

A historiografia tem vindo a identificar vários momentos de consolidação da afirmação evangélica. Um deles situa-se entre 1830 e 1900. O constitucionalismo reconhece o direito de existirem cultos dissidentes e as primeiras críticas à ortodoxia católica surgem pela pena de Almeida Garrett e de Alexandre Herculano, entre outros. Este período é marcado pelo espírito do *Réveil* e pela instalação de Missões – Robert Kalley fixa-se na Madeira, em 1838 e, em 1839, o padre espanhol Gómez y Togar cria em Lisboa uma Igreja Episcopaliana. Outras Missões ganham visibilidade como a de Helena Roughton, em Lisboa. A resposta da Igreja Católica – que na seqüência do Concílio Vaticano I, se torna intransigente e intolerante (através, nomeadamente, do dogma da infalibilidade pontifícia) – é violenta, sendo, um dos muitos sinais, os autênticos

autos de fé das apelidadas *Bíblías Protestantas*. Mas neste período também emergem as primeiras igrejas portuguesas como a de George Robinson em Portalegre, a partir de 1889; ou a instalação de Maxwell Wright, em 1880, nos Açores, e nascem as primeiras igrejas instituídas: Igreja Presbiteriana, em 1875, dinamizada por Robert Stewart (discípulo de Kalley) e António Matos, e com implantação em Lisboa; a Igreja Metodista, em 1874, devida à ação do missionário Robert Moreton e sediada no Porto, e a Igreja Evangélica Lusitana em 1880, que resulta do protagonismo de padres católicos egressos e dissidentes de outras confissões – como a do anglo-português James (Diogo) Cassels que em 1868 cria, em Vila Nova de Gaia, a primeira igreja metodista – com fortes raízes no Norte (Vila Nova de Gaia e Porto) estendia a ação pelo País com presença assinalável nas cidades do litoral, bem como são criadas escolas elementares e dominicais, como ainda as Uniões Cristãs da Mocidade. Este período caracteriza-se por uma evangelização aguerrida e uma implantação social crescente, e corresponde ao aumento do protagonismo das correntes do catolicismo social.

Entre 1900 e 1910, consolidam-se as comunidades protestantes, surge a primeira geração de protestantes portugueses, como é também o início das correntes evangélicas (batistas, darvistas e pentecostais). Neste período reforça-se a evangelização pela introdução de novas formas e novos territórios de ação social, mas assinala a problematização política face à Monarquia, surgindo apelos (que se inserem nas propostas republicanas) para a «criação de correntes democráticas» capazes de «operar uma transformação moral, uma renovação de ideias» que tragam a Portugal «a paz e a prosperidade». Entre 1843 e 1908, estabeleceram-se 11 denominações: Igreja Evangélica Portuguesa, Igreja Escocesa, Igreja Lusitana, Igreja Metodista Portuguesa, Igreja Presbiteriana Portuguesa, Irmãos, Igreja Metodista Episcopal, Igreja Nazarena, Congregação Evangélica do Brasil e Portugal, Convenção Baptista Portuguesa e Grupos Independentes. Três Sociedades estrangeiras tinham missões em Portugal: Sociedade Bíblica Inglesa e Estrangeira (desde 1835), Sociedade dos Tratados Religiosos (desde 1855), e Sociedade Bíblica Nacional Escocesa (desde 1866). Num balanço de 1908 são referenciadas 31 escolas, situadas em Vila Nova de Gaia (5), Porto (6), Rio de Moura, em Sintra (1), Lisboa (6), Setúbal (2), Portalegre (1), Almada (1), Taverde (1) e Madeira (8), pertencentes à Igreja Lusitana, à Igreja Metodista, à Igreja Evangélica de Portalegre, à Igreja Presbiteriana Portuguesa, à Igreja Evangélica Metodista e à Igreja Metodista Episcopal. Relativamente a 1900 assinala-se um aumento de seis escolas. Ainda em 1908, calculava-se que existissem 22 Uniões Cristãs da Mocidade, repartidas geograficamente da seguinte forma: Porto (8), Lisboa (4), Vila Nova de Gaia (4), Figueira da Foz (2), Portalegre (1), Guimarães (1), Abrantes (1) e Funchal (1). Comparando com 1900 verifica-se que foram criadas mais 11 Uniões. Em 1910, o número de Escolas Dominicais era de 54, com 106 professores e frequentadas por 2.292 alunos. As Sociedades de Esforço Cristão surgem em 1903 e as Ligas de Bondade estão identificadas desde 1880. Há inúmeras referências a microiniciativas locais relacio-

nadas com o fomento do associativismo, bem assim como práticas filantrópicas e assistencialistas, notando-se que, a partir do final da primeira década de 1900, começam a ganhar corpo os Montepios e os Hospitais com finalidades interdenominacionais.

Essencialmente configura-se um *solidarismo interventivo* com alcance reformista nas dimensões moral e social, com uma explícita conceção alargada de cidadania. Este ideal, em suma, motivou o processo de inserção dos protestantes na sociedade e alimentou sempre a materialização dos ideais, o que obviamente promoveu a aproximação às classes populares e aos seus problemas, e permitiu que as próprias comunidades refletissem sobre a sua missão social. A reforma social pressupõe que, por um lado, haja a assunção de atitudes racionais e prudentes que pretendam resolver os problemas sem jamais olvidar a perspetiva – ou o horizonte – de que se parte para combater esse problema, e, por outro lado, o projeto tem que ser justo e compreensível e partir sempre do individual. Estabelece-se, portanto, uma hierarquia da ação social que determinada pelas condições económicas – que, contudo, expressam um protesto moral –, vai fomentando respostas nos campos da higiene, da economia social, da beneficência e da moral (fundamentalmente de uma moral pública). Compreende-se, então, que a progressiva externalização das propostas, saia do âmbito das Igrejas para irradiar-se nos centros sociais, configurando um projeto moralizador, higienista e democrático, que tem a doutrina como horizonte e a fé como princípio de ação. Todo este programa refletiu-se indelevelmente no protestantismo português e o modelo, com as suas diversas dimensões, foi ganhando solidez, ainda que acantonado aos espaços de influência das comunidades, fundamentalmente na zona litoral, e aí em centros urbanos. O repertório de ação em muitas comunidades encontrava um suporte fundamental em redes de sociabilidade e relações sociais bastante intensas, o que, em muitas circunstâncias, originou dinâmicas comunitárias muito particulares que levaram a evidenciar a multidimensionalidade do projeto comunitário.

2. As comunidades protestantes e a Grande Guerra

2.1. A receção ao deflagrar do conflito

Possivelmente ao nível dos dirigentes protestantes portugueses já circulassem notícia sobre o conflito desencadeado pela Alemanha. As trocas de informação com elementos de igrejas congêneres de outras nações, os contactos com organizações cristãs de âmbito internacional ou com funcionários das legações diplomáticas, as permutas com elementos das redes de sociabilidade (e porventura a comunicação com familiares) ou eventualmente pela leitura da imprensa estrangeira já permitisse moldar uma ideia mais assertiva da dimensão da «explosão do ódio dos cha-

«mados povos civilizados» – para se utilizar a expressão de Santos e Silva, exposta em 1914 nas páginas *d'O Mensageiro* – e da latente perplexidade que o acontecimento provocava: «Com a bancarrota da civilização e da ciência do falso nome dá-se simultaneamente a do cristianismo nominal!», perpassava, no entanto, a esperança que se «edifique de novo (...) mas não sobre areia» (Santos e Silva, 1914: 2). Num registo semelhante, F. W. Flower alerta os leitores para que a Guerra é uma «vergonha para a cristandade», significando que a «civilização é um verniz», onde perduram a «altivez e avareza» como detonadores de ódios que, no limite, representam o estilhaçar de um processo educativo que promoveu o respeito e harmonia entre as nações (vg. relações internacionais). A consciência da dureza deste corolário tende a ser a principal ilação que Flower vinca na sua reflexão (Flower, 1914a). O mesmo autor assina também n'A *Luz e Verdade*, uma nótula onde reconhece (na esteira da anterior reflexão) que a capacidade de «intervir nas condições políticas que governam as nações» é impossível, tal, contudo, não pode tolher a influência «para que na terra prevaleça o Espírito da Paz» (Flower, 1914b: 3). A mensagem para que os cristãos se impliquem nessa denodada missão, é reiterada por R. H. Moreton em «Um aspecto da guerra» (Moreton, 1914: 2), realçando que apesar da crispação ainda perduram «os sentimentos nobres e a ternura do amor» que devem ser potenciados como garante para «eliminar a intolerância».

Em simultâneo com estas primeiras reações, na imprensa, replicam-se os apelos de organismos cristãos internacionais extremamente preocupados com o conflito e suas possíveis sequelas. A *Igreja Lusitana* reproduz, no número de novembro de 1914, a «Carta dos membros Suíços da Aliança Evangélica, dirigida aos cristãos da Europa». É um apelo lancinante contra a incivilidade belicista e a rutura estabelecida pelo conflito entre as comunidades cristãs. Com veemência reafirma-se que a Suíça é «um refúgio de paz» e «uns pais neutral», representado o único «ponto de ligação entre os cristãos da Europa». No mês de dezembro, na *Igreja Lusitana* é divulgado um documento, assinado por F. E. Clark (1914), Presidente da União do Esforço Cristão do Mundo, intitulado: «Um apelo aos Esforçadores em todo o mundo» (1914: 3-4). Clark genericamente esboça uma panorâmica da disseminação das Ligas de Esforço Cristão pelo Mundo, para introduzir o assunto perturbador: a divisão entre cristãos – «Momentaneamente as formas exteriores e visíveis desta fraternidade mundial podem se abaladas pela guerra» (1914: 3), é a formulação diplomática escolhida pelo autor para abordar a questão. Reconhecendo, no entanto, que «ainda que muitos de nós estejamos a combater em campos opostos, em terra ou no mar» e «embora os julgemos em erro, lembremo-nos que eles combatem por uma causa que julgam justa» (1914: 3-4), roga para que os «cristãos neutros» se abstenham de «fazer juízos menos justos» – porque, enfatiza, todos os «cristãos são sinceros e patriotas» e não «existe inimizade pessoal entre nós» – e propõe que se «trabalhe pela fraternidade universal» (1914: 4) – a «fraternidade cristã», específica – a «qual só pode assegurar uma paz duradoura» e «tornar a guerra impossível no futuro»

(1914: 4). Renova que todos os cristãos sejam «discípulos do Príncipe da Paz» e que se ore pela «Paz duradoura», porque «há laços que as batalhas não podem quebrar» (1914: 4).

Estes dois documentos são expressão da solidariedade que deve pautar as relações entre cristãos.

No ano de 1914, os protestantes portugueses noticiam (numa linguagem moderada e polida) a violenta incomodidade do momento, salvaguardando a esperança de uma solução no imediato, mas não se isentam de formular juízos sobre o que representa o conflito em termos civilizacionais. Envolvem-se, portanto, na circulação das posições que surgem no âmbito dos protestantes europeus e transportam para o espaço público português esse debate.

Em 1915, n' *A Luz e Verdade*, assinado por Robert H. Moreton (1915), surge uma das mais consistentes denúncias ao protagonismo (e responsabilidade) da Alemanha, no deflagrar da «carnificina medonha e ruínosa», identificando a restauração, a partir de 1874, do «poder temporal do papado» e com o paulatino recrudescimento da influência dos Jesuítas, muito particularmente os alemães. Esta génese – no argumento de Moreton – revê-se, tanto nas alianças políticas que o Vaticano foi estabelecendo com vista a reerguer um novo «Império Romano» (sem jamais se preocupar em evitar o conflito), como nas intransigentes posições alemãs, entre elas a do larvar «ódio» à Inglaterra – onde radica a influência do historiador Heinrich von Treitschke (1834-1896) como o «supremo educador da nação» – o que permite, a Moreton, concluir que o conflito desencadeado pela Alemanha é o «resultado de estudo e previdência, e de modo algum se pode classificar como acidental» (Moreton, 1915: 2).

Neste mesmo ano, reflete-se a certeza que o conflito belicista tem consequências inqualificáveis para os povos, como seja a «matança dos Arménios», denunciada por Wright (1915) nas páginas da *Igreja Lusitana*, traduzindo-se numa exponencial e inexorável «anarquia social e económica» (Moreira, 1915). Nas páginas da imprensa informa-se, também, que membros das diferentes denominações evangélicas incorporaram as tropas portuguesas mobilizadas para África, como se referenciam – com modéstia, mas com orgulho – os descendentes dos líderes protestantes portugueses de ascendência inglesa que patrioticamente se ofereceram como voluntários para incorporar o exército inglês.

Aparentemente, neste ano, a receção do conflito pautou-se por um ponderado silêncio, contrastado pelo advento de uma posição mais substantiva sobre as causas do conflito. O texto de Robert H. Moreton (1915) rompe com o tom que pautou as primeiras reações, privilegiando um registo mais analítico, dissecando as razões da contenda com base em argumentos históricos, políticos e culturais.

Émile Durkheim publica, em 1915, o livro, *L'Allemagne au-dessus de tout: La mentalité allemande et la Guerre* (edição de 1991), onde analisa a origem da Primeira Guerra mundial. O inquérito sociológico de Durkheim debruça-se sobre o caso alemão, e o seu diagnóstico é radi-

cal: a Alemanha está doente na sua vontade porque fomenta o idealismo de modo patológico. Durkheim, convocando os conceitos de representação social, normal e patológico, elege como «objeto principal» de análise o pensamento de Treitschke, para detetar a relação entre Moral e Estado e como se gerou a passagem da «superioridade moral e intelectual» para uma «hipertrofia mórbida da vontade» que culminou numa «mentalidade mórbida» ancorada na ideia de «hegemonia universal» (e. g., Pangermanismo) com uma indelével matriz religiosa. Durkheim defende a tese que não foram razões geopolíticas que espoletaram o conflito mas, pelo contrário, estas radicam na «alma alemã» – sobrevalorização da ideia de Estado como Estado potência: «la manière d’articuler le droit à la politique, articulation qui confère à la guerre le statut de fondement du droit de l’État, l’inscrivant au principe du concept même d’État souverain» (Durkheim, 1991: 11) – concebida como «système mental et moral qui, constitué surtout en vue de la guerre, restait, pendant la paix, à l’arrière-plan des consciences. (...) c’est seulement pendant la guerre qu’il a été possible d’apprécier l’étendue de son influence» (Durkheim, 1991: 13). A pertinência do opúsculo ultrapassa qualquer circunstância nacionalista, e coloca em debate como a guerra é gerada num sistema mental que a concebe como «ação moral e santa» (Durkheim, 1991: 26) – e a paz é encarada como uma maldição porque implica a claudicação do «espírito de sacrifício» perante o interesse «pessoal e egoísta» (Durkheim, 1991 – que justifica a violação e desregulação das relações internacionais porque considera os pequenos estados como *res nullius* (e.g., a Bélgica).

A furtiva circunstância de uma sintonia dos argumentos de Moreton e Durkheim é interessante já que configura uma via de reação à guerra distinta das canónicas abordagens eivadas de darwinismo social ou enfeudadas à veiculação de um nacionalismo alemão excessivo tendente ao imperialismo pela sua justificação como «potência divina». Esta linha mais reflexiva vai pautar os comentários durante 1916 e 1917, intercalada com o início de relatos (periodicamente uma seleção de depoimentos ou extratos de cartas) das frentes de batalha; com notícias das primeiras iniciativas de angariação de fundos ou de informação promovidas pelas comunidades protestantes; com as manifestações de adesão à posição do Governo português; e com as funestas participações sobre o falecimento dos jovens portugueses que se tinham oferecido como voluntários.

Estes dois anos são marcados por um vórtice informacional em que se tangem o existencial (individual) e o sentimento patriótico (coletivo). Nesta encruzilhada intersejam-se diversos regimes discursivos que pretendem captar as complexas mudanças nas relações culturais e políticas entre as nações, mas também como brotam os tópicos da crescente retórica do «Nós», e como – com a incorporação das constantes permutas com o exterior – se forja um compromisso que rompa com uma visão estreita do mundo contemporâneo.

2.2. A mobilização nas comunidades protestantes

Editado pela Livraria Evangélica, circula um opúsculo assinado por Eduardo Moreira, intitulado *Vaes para a Guerra?* (1916b). O momento é delicado e a oportunidade do impresso revê-se na participação formal de Portugal no conflito.

A estrutura do texto é um diálogo entre dois amigos – o Marques, «homem afável e entusiasta (...) com bons princípios e uma admirável conduta que o torna estimado de todos que o conhecem» e o Gomes, um sargento da Armada, homem «mais concentrado e menos experimentado na vida (...) [mas] amigo leal e homem inteligente» (Moreira, 1916b: 3) – que se cruzam algures numa artéria lisboeta. Marques pergunta ao Gomes se vai para a guerra e este responde-lhe: «É provável. Se a autoridade militar me ordenar, não tenho senão que cumprir o meu dever e reconhecer bem a minha responsabilidade» (Moreira, 1916b: 4). Marques atalha de imediato: «Empregaste agora três palavras que juntas valem por um tratado de filosofia: *Autoridade, Dever e Responsabilidade*. São os três degraus que conduzem da fraca e finita razão humana à Omnisciência e Onnipotência de Deus» (Moreira, 1916b: 4). Gomes responde-lhe: «Em tudo vês provas da tua crença que queres fazer participar aos outros» (Moreira, 1916b: 4), ao que Marques retorquiu: «Assim é, sim senhor. E diz-me se não é razoável o meu pensamento: tu sentes a responsabilidade do teu posto, da tua farda, da tua qualidade militar, porque te comprometestes a cumprir determinados deveres. O dever foi-te imposto por alguém que se acha investido de autoridade. E esta donde vem?» (Moreira, 1916b: 5). Continuaram, os dois amigos a trocar argumentos. Gomes admite que «Reconhecendo-se a responsabilidade, o dever, a autoridade, reconhece-se uma vontade soberana, cuja manifestação se chama Justiça. É um princípio absoluto, o princípio do bem, donde procede toda a moral, seja ela perfeita ou imperfeita» (Moreira, 1916b: 5), mas Marques precisa: «sem Deus não haveria moral, porque os costumes individuais seriam a resultante das geralmente más propensões de cada um. Faltaria à sociedade humana o vínculo moral, que é um estado superior da justiça ou um ideal de perfeição mais ou menos pressentido na consciência» (Moreira, 1916b: 6). Gomes reage: «Mas há nações cuja moral é baixíssima. Que vínculo é o seu, então?» (Moreira, 1916b: 7); Marques disserta:

Homem, já te respondi. O ideal de justiça existe em todas as consciências, contudo está mais ou menos adormecido. Se a soma das consciências que têm determinado a moral dum povo estiver pouco esclarecida e portanto mais afastada desse estalão único da perfeição espiritual, a moral desse povo será baixa e esse povo desgraçado. (Moreira, 1916b: 7)

Conclui o seu raciocínio:

Ao contrário, aquele povo que estiver em contacto mais direto com o padrão aperfeiçoado terá uma moral mais sã. Assim se explicam também as altas e baixas do carácter coletivo duma nação, segundo as subidas

e descidas de número, de influência e de fervor daquelas consciências que lhe devem melhor grau de moralidade. (Moreira, 1916b: 7)

A amena reflexão deriva para um assunto «bem importante e digno de estudo» – na verbalização de Manuel – «o das injustiças constantes na história das nações» (Moreira, 1916b: 8). Gomes reage rápido: «Mas então, rejeitas as autoridades?» Manuel, num tom pedagógico, é taxativo: «Não. Pois como as substituir? Seria um erro de aritmética supor que a soma dos imperfeitos é superior a um deles.» – continua – «Seria mesmo impraticável e insustentável, ainda que porventura tivesse em teoria uns visos de razão de ser.» – complementa o seu raciocínio – «Já te disse como provo ainda pela moral fraca dum povo a existência duma Vontade Suprema – que é Deus.» – e para concluir lança um repto – «Agora, perguntar-te-ei, quem nos faz conhecer a injustiça nos indivíduos e essas injustiças das nações?» (Moreira, 1916b: 8). «O mesmo Deus?» – titubeia Gomes. Manuel riposta prontamente:

Quero e sei que não tens que me replicar. O mundo está arruinado, o homem caiu, a raça degenerou, e só indivíduos isoladamente, independentemente se regeneram. Todos o sentem e buscam um remédio: o *pacifismo*, o *socialismo*, o *feminismo*, o *libertarismo*, o *frugivorismo*, a *língua universal*, a *abstinência*, e tantas outras intenções mais ou menos generosas mas que não conseguem resolver o grave problema da ruína humana. (Moreira, 1916b: 9)

O diálogo prossegue com Manuel a reafirmar que «Cristo é o caminho para Deus, o único verdadeiro, o esplendido caminho para a fonte da Paz e da Justiça eternas» (Moreira, 1916b: 10) e a reiterar que só depois «da mudança de sentimentos, quando radical, vem a mudança de ações, que devido, aos atritos da vida, do ambiente, por vezes é lenta e gradual» (Moreira, 1916b: 11). Ao despedirem-se, Manuel recorda ao amigo que «os cristãos, mas os cristãos de *facto*, trabalham para a ordem e a harmonia social» (Moreira, 1916b: 12). Este pequeno folheto é um libelo contra a irracionalidade do conflito (e, sem nomear explicitamente, desmonta a atitude beligerante alemã), uma apologia da assunção de um patriotismo cômico dos seus deveres para com a Humanidade e o epítome dos tópicos – mas também das posições – que coerentemente se explanam na imprensa protestante.

Expurgados das fortuitas cacofonias, despontam os argumentos que pretendem combater a aporia do «Super-Homem», apologizada por Nietzsche¹, justamente substantivada como genésica do «ânimo alemão» – também conotado como «Satanás do Cristianismo» (Génesis, 1916a; Moreton, 1916a). Ressalvando o inegável contributo alemão para a cultura ocidental, lamenta-se que a deriva belicista extinga o património simbólico, substituindo-o conjunturalmente por uma *Kultura* de «Ferro e Sangue», insensível aos valores humanitários e desrespeitadora dos tra-

¹ Sobre as receções do pensamento de Friedrich Nietzsche em Portugal, ver, entre outros, Monteiro (2000: 306-343).

tados internacionais. Um outro argumento aduzido vinca a separação entre «carácter e inteligência» (Figueiredo, 1917) como veio de uma rutura antropológica e axiológica dilacerante. A progressiva constatação de um clima cada vez mais violento – evocando-se recorrentemente a Bélgica, o Norte da França, a Sérvia e a Arménia como palcos de «verdadeiros horrores» – vai originar que os discursos (desde a pequena notícia ou crónica até aos artigos, porventura, mais fraturantes) tendam a identificar-se com tópicos antinómicos, resultando, assim, uma retórica em que prevalece, como marca indelével dos Aliados, o espírito de abnegação e sacrifício – e os soldados que perecem são considerados mártires – na peleja em prol da Justiça e da Liberdade, estando, então, subjacente, os atributos morais e universais que se devem sobrepor aos «espíritos malignos» (ou as «bestas selvagens»), que se «separaram da irmandade dos homens» fomentando a «mecanização da morte» (cf. Kipling, 2016). Em síntese: a Paz significa Progresso (ou Direito e Liberdade) e a Guerra é sinónimo de Destruição (ou Força e Opressão) – o que pressupõe objetivamente a existência de dois campos com interesses antagónicos – mas a persistência do conflito impõe que se vá estabelecendo o tópico da diabolização, certamente temperado pelo pudor de não ferir qualquer evangélico (e esta polidez pode-se detetar na imprensa protestante portuguesa onde jamais é tecida qualquer apreciação direta aos cristãos que pactuam com os «mais condenáveis processos de barbaridade», na fórmula empregue por J. Santos Figueiredo, em 1917, no artigo «Onde está a felicidade dos povos?»), mas não escondendo que a participação na «grande luta pelos direitos da Humanidade», é, também, o reiterar da afirmação da lhanza dos princípios do cristianismo, enquanto prática que «extirpe o espírito maligno» (ou «Príncipe das Trevas») pela «bondade e amizade inteligente» («A atitude do cristão na guerra actual», 1916), como a crucial aproximação ao *Príncipe da Paz*: «Um menino nos nasceu, um filho nos foi dado, ele recebeu o poder sobre seus ombros, e lhe foi dado este nome: Conselheiro-maravilhoso, Deus forte, Pai-eterno, Príncipe-da-paz (Isaías 9: 6).» («A atitude do cristão na guerra actual», 1916: 1). De modo a matizar a radicalização do discurso, a imprensa protestante² inicia a publicação de testemunhos, de relatos e de cartas emitidas das frentes de batalha. A fórmula encontrada permite – com base na experiência nas trincheiras – transmitir os sentimentos que decorrem da temporária, mas intensa, osmose de múltiplas culturas e condições sociais e, em simultâneo, incorporar a alteridade; certamente, os depoimentos mais marcados pela tragédia

² Na imprensa compulsada há uma especial atenção jornalística ao fenómeno da guerra – na *Igreja Lusitana*, são de referir as regulares rúbricas «Ecos da Guerra», «Na Actualidade» e «Portugal e a Guerra», para além da reprodução de correspondência dirigida a Diogo Cassels ou extratos de missivas de proveniência diversa; conceito editorial idêntico é seguido pel' *A Luz e Verdade*, n' *O Mensageiro* salientam-se as colunas «A Guerra Europeia» e «O Evangelho e a Guerra», e n' *O Bom Pastor* referem-se «Portugal e a Alemanha», «Patriotismo e Religião» e «Ecos da Guerra». No *Amigo da Infância* replicam-se mensagens que circulam nos ambientes protestantes internacionais e abunda a divulgação pedagógica dos exemplos de abnegação dos «mártires da guerra».

individual tem um revelador destaque simbólico – são exemplos que permitem exortar o valor da fraternidade, mesmo em condições existenciais limite. Uma expressiva manifestação, da perplexidade que se abateu na Europa, é dada por um anónimo soldado na carta que escreve a sua mãe: «É curioso que das outras trincheiras respondem-nos cantando os mesmos hinos» («A carta do filho», 1916: 3). Esta singela frase concatena um vórtice existencial e emocional que o choque da guerra provoca e, ultrapassando o terror e as provações, pode sempre desvendar-se o sentido de: «E o meu mandamento é este: que vos ameis uns aos outros, assim como Eu vos amei. (...) (João 15: 12,13,17)» («Extractos da carta dum soldado na linha de batalha», 1916: 2). Mas, uma grande lição atravessa as páginas da imprensa: o luto (vivido de modo recatado e singelo) de muitas famílias evangélicas, de ascendência inglesa – como os Cassels ou os Flowers, entre outras – que viveram o sacrifício das gerações (netos, filhos, sobrinhos, nascidos em Portugal) que «deram as suas vidas como voluntários em defesa da liberdade e da justiça» («Serviço Memorial», 1918: 3), como se reitera nos memoriais que lhes foram dedicados – mas onde não se olvidava o envolvimento de todos que «barbaramente foram assaltados na paz dos seus lares e granjeamento do seu pão» («Serviço Memorial», 1916: 2), especialmente as novas gerações consumidas pela violência «daqueles que queriam dominar o mundo inteiro» («Serviço Memorial», 1916: 3). Se as nótuas escritas sobre familiares são expressão de um «sacrifício que é bem aceite e a alegria na resignação fazem os fortes» (Cassels, 1918: 2), elas também representam o «amor à pátria e à humanidade» (Cassels, 1918: 3). A declaração de guerra a Portugal origina que muitas situações *ante portas* passem a ter uma expressão menos impressiva, tangendo a própria vida das comunidades protestantes no país, como ainda a assunção de posições de cariz patriótico, aliás comuns a outros atores sociais, mesmo se pautadas pela *realpolitik*. As comunidades respondem solidariamente ao repto lançado. Algumas expressam-no publicamente em telegramas enviados ao Presidente da República, Bernardino Machado, como o fez a Igreja do Bom Pastor de Vila Nova de Gaia («Portugal e Alemanha», 1916: 10):

Ex^{mo}. Sr. Presidente da República – Palácio de Belém – Lisboa. – Igreja Evangélica do Candal, Missão da Madalena e Uniões Cristãs da Mocidade de Gaia, nesta hora suprema para a honra da nossa nacionalidade, saúdam V. Exa. A mais alta encarnação da Pátria Portuguesa e fazem preces a Deus para que a energia da nossa raça se patenteie o lado dos aliados para a conquista da vitória final. – As Direções.

Na resposta da Presidência, assinada pelo Secretário-geral, Maia Pinto, manifesta-se o «agradecimento» pela disponibilidade. Emerge, deste modo, um discurso em que a matriz patriótica sobressai. Uma ilustração da retórica que irrompe é-nos fornecido no artigo «Pela Pátria», assinado pelo Redator d' *O Bom Pastor*, Armando Pereira de Araújo, e publicado no número de abril de 1916. Uma indagação baliza o artigo: «Mas como harmonizar a nossa posição de discípulos do

Príncipe da Paz com as necessidades dum desforço pelas armas?» (Redactor [Armando Pereira de Araújo], 1916: 1), com base na seguinte evidência:

E já agora, porque nos encontramos em beligerância com uma nação poderosa, nós pequeno povo do ocidente da Europa, de mãos dadas com nações não menos poderosas, temos de dar provas do nosso nunca desmentido valor, porque provas de fidelidade aos tratados com a nossa secular aliada a Inglaterra, de simpatia com a França, de dor pela heroica Bélgica, e de fraternidade para com as restantes nações aliadas, foram dadas no primeiro momento em que se desencadeou o terrível flagelo, que há dois anos, qual cratera dum enorme vulcão, está lançando a sua lavra destruidora.

E um dilema preocupa o articulista: «Belicosos e anticristãos não desejamos ser, nem nunca o seremos, mas nem por isso queremos deixar de dar à Pátria, o que ela num momento de afronta, igualmente requer dos seus filhos.» (Redactor, [Armando Pereira de Araújo], 1916: 1); reconhecendo que a solução é «difícil». Armando de Araújo, esboça, então, uma resposta, começando por afirmar que «o atual estado é devido ao casernismo prussiano» que «incubou» uma «desmedida ambição de conquista por meio do extermínio das raças e nacionalidades», e face a tal situação «não podemos ficar indiferentes», porque só a «Cristo pertence, quando Ele em *majestade* e *glória* vier julgar o mundo, estabelecer essa igualdade fraterna que, sem luta, acabará com as raças e cores» (Redactor, [Armando Pereira de Araújo], 1916: 1), assim o singular caminho para a «paz e liberdade mundial» é «amá-LO e servi-LO», como garante de proteção da «Pátria querida», não permitindo, portanto, que ela «caia na ignominiosa derrota e concomitante perda de independência» (Redactor, [Armando Pereira de Araújo], 1916: 1). Este princípio não revela, segundo Araújo, qualquer «incoerência», porque «A guerra que está declarada à Pátria é uma guerra de extermínio e imposição de uma obediência anticristã», e também porque «entre a profissão de cristão e a profissão militar não existe desarmonia, visto que Cristo nunca condenou os soldados pela sua profissão, nem deixou de atender aos seus rogos» (Redactor, [Armando Pereira de Araújo], 1916: 2). No essencial, postula-se que os Aliados defendem «a honra, a Liberdade e a justiça das nações pequenas»³. Mas não foram somente as manifestações de princípios que pontificaram, outras também surgiram: naturalmente a mobilização de soldados para incorporarem o Corpo Expedicionário Português (CEP), concertos, saraus musicais e campanhas angariação de fundos para os «soldados no *front*» e para a Cruz Vermelha, manufatura de ligaduras e outros produtos para primeiros curativos, sessões (simbolicamente denominadas «Pela Pátria») onde «se denunciavam as atrocidades alemãs e a ambição destes em querer subjugar a Europa», conferências sobre as razões que motivaram a entrada dos EUA no conflito

³ Estes tópicos estão patentes nos comentários que surgem nas rúbricas dos periódicos dedicados ao conflito, e nalguns circula o alerta sobre a «carestia de vida» que inevitavelmente afetará todos os portugueses.

européu ou sobre o protagonismo das Uniões Cristãs da Mocidade em França, especialmente na prestação de assistência aos soldados e prisioneiros de guerra, e palestras – com a distribuição de Evangelhos e Novos Testamentos – entre os soldados do CEP. Estas modalidades de sensibilização e informação prolongaram-se durante os anos seguintes, sendo muitas delas realizadas em parceria com a Junta Patriótica do Norte e contaram com a presença de elementos do «Comité americano da TV», como Myron Clark. A entrada no conflito implicava ainda precaver situações que na frente de combate poderiam surgir, como a inevitável questão dos capelães militares. Numa missiva de F. E. Clark, expedida de Boston com data de 25 de julho de 1916, dirigida a Diogo Cassels, reconhecia-se que: «A grande guerra tem dividido as nações em dois campos hostis, mas não deve e não é necessário que seque as nascentes da fraternidade cristã nem que a nossa camaradagem espiritual seja destruída» («Carta do Dr. Francisco E. Clark», 1916: 4). Um lamento, contudo, perpassava: «não há esperança numa paz permanente e boa vontade», indicando que o conflito se tornara irreversível. Esta atitude possibilita, no entanto, que as Igrejas reflitam nas formas de «promover as necessidades espirituais» dos militares na cena da guerra, sem quaisquer «distinções sectárias». O que estava patente – de acordo com a notícia do *The Guardian*, transcrita em «Acepção e Cooperação» (1916: 3) – é uma questão crucial: «saber como a cooperação fraternal dos capelães nas fileiras afetará a união depois da guerra». Na notícia defendia-se que somente praticando a «solidariedade, simpatia e caridade», se poderiam incrementar as condições fomentadoras da paz, aliás pendia a convicção que tal espírito era o «Apanágio de todo o crente sincero», e, naturalmente, o antidoto para os comportamentos inumanos. Esta preocupação é transporta para o contexto português – antecipando o que poderia verificar-se quando Portugal delibera «acompanhar a sua secular aliada, a Inglaterra, no tremendo conflito europeu» – reproduzindo-se n’*O Bom Pastor*, na rúbrica «Ecos da Guerra» (1916a: 4-5), um discurso (sem indicação da fonte de origem) do inglês Lloyd George, Ministro da Guerra. No prólogo do editor refere-se: «Os nossos estadistas têm procurado exemplos nos estadistas ingleses e o nosso exército, assim como as tropas britânicas, combate já gloriosamente em África, e muito brevemente combaterá também em França». Um extrato do discurso proferido pelo Ministro, é uma significativa metonímia da expectativa dos protestantes portugueses:

Devido às exigências da guerra, só podemos dar aos recrutas um ligeiro exercício, para um serviço longo, de modo que a moral dos jovens soldados é quase tudo, senão tudo, e não podemos fortificar moralmente alguém, ridicularizando ou desprezando aquilo que ele intimamente crê. Eis porque achamos de necessidade procurar satisfazer a todas as fés e a todos os credos. Tenho a satisfação de dizer que, consultado com os leaders de todas as crenças religiosas deste país, achei da parte de todos a melhor boa vontade e harmonia de vistas, e desinteresse pessoal, e todos procurarão tomar a sua parte neste grande trabalho. («Ecos da Guerra», 1916a: 5)

A participação portuguesa representava, em definitivo – na categórica expressão de Eduardo Moreira (1916a: 1) – que o «equilíbrio europeu estava desfeito», traduzindo que «o pacifismo

doutrinário do século XIX parece morto» (pela «estagnação» dos ideais das sociedades), mas «um outro surgirá» – antevendo Moreira – do íntimo do «grito das nações contra o militarismo», alicerçado no «ideal de Cristo».

Assim, durante 1917, começam a surgir os primeiros alertas sobre a conveniência de se enviarem ministros evangélicos para a frente de batalha; também neste ano parte para França Alfredo Henrique da Silva com a missão de estudar a possibilidade de se criar um Triângulo Vermelho Português. Mas é durante 1918 que a questão dos capelães ganha expressão, bem como a experiência do Triângulo Vermelho adquire visibilidade. As razões porque ambas conquistam espaço editorial são distintas, estando, no entanto, unidas por um elo: fomento do ecumenismo e do humanitarismo.

António Ferreira Fiandor é o primeiro evangélico português a ser nomeado, em 1917, Capelão Evangélico da Ambulância nº 4 da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, conforme aparecia denominado na imprensa. Porém, em 1918, ainda não tinha partido para França, o que motivou um «Eslarecimento», publicado, nomeadamente, na *Igreja Lusitana*, nº 437, de 1918, onde se constatava que «(...) a nova situação governamental do país veio embaraçar não só a minha partida como a do meu colega Bonaparte e por isso continuo aguardando que me seja dado oficialmente a ordem (...)» («Eslarecimento», 1918: 3). O consulado Sidonista, alterou as relações com as religiões minoritárias, traduzindo-se tal recomposição política na ascensão das posições conexas com a Igreja Católica Romana. Os protestantes insurgiram-se contra a discriminação a que foram votados.

Armando Pereira de Araújo («Os Capelães Militares», 1918: 2) é incisivo: «Todos os países beligerantes cuidaram da assistência religiosa em campanha, e Portugal, que diga-se com franqueza, vivia por parte dos poderes do Estado, um antagonismo religioso, refreou esse maquiavélico antagonismo e legislou sobre o assunto».

Continua: «Logo as fações religiosas se manifestaram e concomitantemente os ministros evangélicos, cidadãos portugueses no uso dos seus direitos civis, coletivamente se ofereceram para contribuir com o seu quinhão» («Os Capelães Militares», 1918: 2). Tinha-se convencionado com o Ministro da Guerra, que dois ministros evangélicos partiriam, mas a abrupta alteração política «veio trazer um compasso de espera, que a todos se afigurou equitativos», contudo, passados «muitos meses» – apesar das petições da Aliança Evangélica Portuguesa – nenhuma solução foi encontrada. Para Araújo («Os Capelães Militares», 1918: 2) as «forças ultramontanas» são as responsáveis pelo retrocesso, porque com argumentos risíveis – em particular: «há muito poucos – ou nenhuns – soldados evangélicos no corpo expedicionário, e que os nossos capelães iriam catequisar» – conseguiram marginalizar as confissões acatólicas, aliás ao arrepio do que acontecia nas frentes de combate – algumas das notícias veiculadas pela imprensa protestante realçavam uma mensagem essencial: «Temos (Capelães Católico Romanos, Anglicanos,

Evangélicos e Dissidentes) aqui no *front* da guerra aprendido a apreciar a boa obra dos outros que diferem de nós.» (*A Guerra e o Cristianismo*, 1918: 2). Araújo, tece também considerações sobre a diferença entre as catequeses, enfatizando que os protestantes centram-se na «defesa da liberdade e dos oprimidos», imitando, portanto, Cristo nos «sacrifícios que a Pátria-Mãe exige» (*A Guerra e o Cristianismo*, 1918: 2), terminando a sua reflexão com uma veemente reivindicação de «igualitária justiça».

Naturalmente, este apelo é consonante com as manifestações de comunidades protestantes e com as posições institucionais da Aliança Evangélica, que pretendem desmontar os sofismas hegemónicos.

Em reunião havida na sede da União Cristão Central da Mocidade Portuguesa, no Porto, foi decidido, por unanimidade, que as «igrejas e grupos de evangélicos enviassem telegramas, ao Presidente da República, pedindo o deferimento do requerimento da Aliança Evangélica para o envio de dois capelães evangélicos para França» («Portugal e a Guerra», 1918: 2). Refira-se, a título de exemplo, um dos telegramas enviados («Portugal e a Guerra», 1918: 2):

A Congregação de S. João Evangelista, de gaia, contando quinhentos e um membros contribuintes registados em nome de trinta e um dos seus membros que fazem parte do Corpo Expedicionário Português pedem a V.^a Exa. deferir o requerimento da Aliança Evangélica Portuguesa pedindo ida de Capelão Evangélico para França. (Cassels)

2.3. As experiências humanitárias e ecuménicas

Apesar do fracasso da petição (Moura, 2000), uma vitória foi conseguida: a inauguração do pavilhão português do Triângulo Vermelho em Paris⁴. Na imprensa já vinha sendo assinalada, desde finais de 1917, a iniciativa promovida pelas Uniões Cristãs da Mocidade europeias, que contaram com o forte apoio das congéneres americanas, justamente com a entrada dos EUA no conflito.

Alfredo Henriques da Silva profere uma conferência, na sede da União Cristã, no Porto, em 1918, precisamente sobre «O Triângulo Vermelho», onde apresenta o relatório da sua estada em França no ano anterior. A sessão teve o patrocínio da Junta Patriótica do Norte e contou com a presença de Myron Clark⁵. Alfredo da Silva teceu alguns comentários sobre a sensação de

⁴ Ver, por exemplo, as reportagens na *Ilustração Portuguesa*: «Triângulo Vermelho Português» (1918), «Triângulo Vermelho Português» (1919a), «Triângulo Vermelho Português» (1919b) e «Triângulo Vermelho» (1919).

⁵ Myron Clark, pioneiro do trabalho das Associações Cristãs da Mocidade na América do Sul, em 1915 parte do Rio de Janeiro, com destino a Coimbra, para criar uma Associação Cristã de Estudantes (Myron, 1915) inaugurada em 1918 (ver «Associação Cristã de Estudantes», 1918); nesse mesmo ano é enviado para França para superintender o trabalho do Triângulo Vermelho junto dos militares do CEP.

«abandono» que grassava entre os militares portugueses – apesar de estarem «côncios da alta missão que a Pátria lhes confiou», como enfatizou com veemência («O Triângulo Vermelho», 1918: 2) – destacando o facto de os soldados «verem os seus camaradas dos exércitos francês e belga, rodeados de conforto e carinhos, proporcionados pelos seus concidadãos, e constatarem que daqui, de Portugal, nem uma só pessoa tinha ido para os ajudar», situação que ultrapassava a situação de estarem «mal alojados e alimentados». Descreve, de seguida, a *obra* do «O Triângulo Vermelho» (1918: 2): «pavilhões de descanso e recreio, com cantinas, salas de leitura, bibliotecas, aulas, salas de música, diversões, fotógrafos, animatógrafos, (...) [e] fornecem material de correspondência»; em suma, a *obra* consistia em criar espaços de solidariedade e altruísmo, em que, naturalmente, se pretendiam moderar os «feitos morais e humanos da guerra», despertando assim a consciência para relações irmanadas pela fraternidade. Na parte final da sua intervenção, Alfredo da Silva lança a um patriótico apelo, para que «sem distinções de política ou de religião, se intensifique mais esta obra («O Triângulo Vermelho») e evitar que os soldados se sintam abandonados» («O Triângulo Vermelho», 1918: 2). Finda a sua intervenção, ato contínuo, apresenta Myron Clark. O unionista (enviado pelo Comité Americano para «ajudar» o Comité português do Triângulo Vermelho) disserta sobre a sua experiência no *front*, destacando a urgência de se «construírem pavilhões» para os soldados portugueses, que regularmente frequentam os pavilhões ingleses. Aproveitou a oportunidade para relatar a visita que realizou ao Quartel-general do CEP e a conversa mantida com o Comandante, General Tamagnini, que autorizou o «funcionamento» do Triângulo Vermelho. Vencou que o labor no Triângulo Vermelho exige pessoal com «espírito abnegado, altruísta, disposto a suporta os incômodos da vida militar», porque é uma «empresa que requer sacrifícios, dedicação a uma causa, certa dose de coragem, e um coração cheio de amor ao próximo, com o desejo de servir também: não o amor platónico mas um amor prático, que se manifesta em serviço». Ilustrou esta asserção descrevendo a terrível experiência de um dia em que foram atacados pelos «aeroplanos» alemães («O Triângulo Vermelho», 1918: 2).

Em junho é formalmente inaugurado o Triângulo Vermelho Português em Paris, reconhecido pelo Ministério da Guerra, por despacho de 27 de agosto de 1917, e com o patrocínio do Presidente da República, exarado a 27 de março do 1918. A experiência da «humanitária instituição» revelou-se de capital importância – atestada pelos inúmeros depoimentos publicitados na imprensa protestante – não só no âmbito das confissões acatólicas, mas, essencialmente, por promover e disseminar a paz e a cooperação, como expressões do «cristianismo ativo» e do «altruísmo prático» (na bem-aventurada denominação de Luiz Botelho), quer durante o período de guerra, quer nos tempos posteriores ao Armistício. Se durante o conflito os pavilhões do Triângulo Vermelho foram um espaço de sociabilidade e aprendizagem da tolerância, após guerra assumiram-se como a salvaguarda dos direitos dos prisioneiros de guerra e de socialização dos

jovens militares desmobilizados. Missões certamente diversas, mas convergentes no reiterar da urbanidade e da liberdade.

O empenho dos cristãos portugueses manifesta-se não só na participação militar, e nas provas dadas nas frentes de combate, não sendo despidas as promoções e condecorações obtidas, mas também no intenso investimento nas causas humanitárias, disponibilizando-se exemplarmente como obreiros para o Triângulo Vermelho ou «tendas de beneficência», como eram conhecidas entre os soldados do CEP. Apesar do revês da putativa nomeação dos Capelães militares, imperou nas lideranças evangélicas a prudência política – salvaguarda pela manifestação de pesar pelo assassinato de Sidónio Pais («O assassinato do Presidente da República», 1919: 3-4) – especialmente para assegurar, em solo nacional, que o trabalho junto dos militares replicasse, na conjuntura de paz, a missão do Triângulo Vermelho. Num primeiro momento, surgiram as «Casas do Soldado», em instalações das Uniões Cristãs da Mocidade, que tiveram o apoio das entidades governativas («Visita ao Triângulo Vermelho Português», 1919); num segundo momento, já em 1920, são criados os «Centros Militares» em Coimbra (na Associação Cristã dos Estudantes de Coimbra), no Porto (nos Regimentos de Infantaria 6 e 18), em Lisboa (no Regimento de Cavalaria 2) e inicia-se, também na capital, o projeto *Sailor's Rest*⁶. A expectativa, que presidiu à continuidade da experiência do Triângulo Vermelho, é expressa num premonitório (e alegórico) artigo de Paulo Irwin Torres (1918): «Façamos na Paz o que não pudemos fazer na guerra», que se poderá traduzir como um ambicioso programa para a sociedade civil.

O Governo Português reconhece e louva, em 1920, o incontornável contributo do Triângulo Vermelho, e em carta enviada ao ministro dos EUA, Coronel Thomaz Birch, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, condecora a YMCA («Triângulo Vermelho Português», 1920: 4):

Ex^{mo}. Sr. – O Governo Português não poderia deixar de reconhecer e de algum modo recompensar os serviços prestados pela YMCA nos campos de Batalha em França, ao contingente de Portugal. A obra dos pavilhões e cantina do Triângulo Vermelho foi-lhe conhecida e a ela se referiu o louvor oficial em decreto de 22 de agosto do ano findo, bem como a Ordem do Exército nº 26 de 10 de dezembro do mesmo ano, que condecorou com o oficialato da Ordem de Cristo os cidadãos americanos Messer. John E. Perry e C. M. Goodyear, chefes das cantinas da YMCA, uma outra ordem do exército que conferiu ao secretário Sr. Vendrbilt o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Avis e os diplomas de 23 de dezembro, que tenho a honra de depor nas mãos de V. Exa. para serem entregues aos agraciados, os Srs. John R. Mott, Comendador da Ordem de Cristo, e Myron A. Clark, M. A., Cavaleiro da mesma Ordem.

Fui encarregado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, 2ª Repartição dos Negócios Políticos e Diplomáticos, de fazer a respetiva entrega, e julgando entretanto que V. Exa. teria prazer em ser informado do facto e em dar as suas ordens para a entrega oficial dos mesmos diplomas, por isso eu ousou dirigir-me por este meio a V. Exa.,

⁶ Na revista *Triângulo Vermelho* (1920 *et passim*) pode-se encontrar a explicitação dos objetivos dos «Centros Militares» bem como a detalhada descrição das atividades aí desenvolvidas.

a quem apresento os mais sinceros votos de Saúde e Fraternidade, Eduardo Moreira – Secretário Particular do Ex^{mo}. Presidente do Ministério.

3. Um projeto educativo para a paz

Em 11 de novembro de 1918 é assinado o Armistício – marcando a rendição da Alemanha e o fim de mais de 4 anos de hostilidades – simbolicamente designado por Eduardo Moreira por «Trégua de Deus» (1918a). Nas páginas dos periódicos evangélicos o acontecimento não é abertamente mencionado⁷, contudo, surgem referências elogiosas ao Marechal Fox, um «católico romano exemplar» (1919) e um ou outro apontamento acerca do momento – «A força que vence» (Figueiredo, 1918), «Paz!» (Santos, 1918) ou «Proclamando a vitória» (1919) –, persistindo as apreensões relacionadas com as sequelas da guerra, nomeadamente a realidade quotidiana dos «campos de prisioneiros» («União Cristã da Mocidade», 1920) – ilustrada didaticamente em «O prisioneiro de guerra» (1919), onde se difunde a mensagem que todo o prisioneiro tem direito a «um bom tratamento», porque «o soldado cristão que tem que ser corajoso para defender a sua pátria, deve ser bom e generoso para com os vencidos» («O prisioneiro de guerra», 1919: 2) – em simultâneo com os alertas para que as «nações ainda continuam desassossegadas, inquietas e agitadas com lutas, contendas, greves e tumultos»⁸ («Aliança Mundial das Associações da União Cristã da Mocidade», 1920: 2; ver também Searle, 1919; «Os horrores da Guerra e o dever das Igrejas, segundo Lloyd George», 1921) – retendo-se neste aspeto, por exemplo, a dilemática questão irlandesa (Flower, 1920, 1922). São também replicadas as notícias sobre a «assistência» do *Triângulo Vermelho* «durante o Armistício». Naturalmente, a dimensão litúrgica surge nos memoriais (ou homenagens) que as Igrejas dedicam aos «Heróis que sacrificaram a vida nos campos da Flandres e da África» – ou aos «Anónimos do Evangelho», na belíssima expressão de Eduardo Moreira (1921).

Na conjuntura mundial de *jus post bellu*, a premente questão (refletida na imprensa protestante) é justamente a da procura de compromissos que salvaguardassem a paz e a cooperação internacional, em contextos de reconstrução social, nesta linha vão despontando os exórdios

⁷ Deve-se a Eduardo Moreira num interessante registo ficcional – *De Sarajevo a Versalhes: Novela da Grande Guerra* (1922b) – uma das mais expressivas reflexões sobre o conflito mundial.

⁸ Está presente a radical transformação do mapa da Europa Central e de Este, havendo naturalmente um esforço para denunciar as perseguições que nas «novas terras» os protestantes são alvo, e enaltecer os esforços em prol de uma paz consistente que a Aliança Evangélica Mundial denodadamente desenvolve. Ainda no âmbito destes problemas, encontra-se a defesa do plebiscito para a nova paisagem geopolítica, como a indagação sobre as mudanças operadas na Europa Central pretextadas pela *falta* de bom senso, de prudência e de rasgo generoso por parte dos políticos.

em defesa da Liga das Nações⁹. Assim, Eurico A. Figueiredo (1920) interroga-se: «Quais são os ideais [das nações que pretendem entrar na Liga], seu estado de civilização e a sua situação moral?» (Figueiredo, 1920: 2); seguindo-se a questão:

Mas como será possível haver Paz sendo tão heterogêneos os elementos que hão-de entrar na Sociedade das Nações – sendo, como é, certo que o sustentáculo desta Sociedade é apenas formado por vultos políticos em eminência nos dois hemisférios do orbe que habitamos? (Figueiredo, 1920: 2)

Figueiredo sustenta que a condição *sine qua non* é «criar um ambiente fortemente cristão que mantenha em coesão perfeita os elementos heterogêneos» que constituam a Liga da Nações. Esta sensibilidade está fundada no compromisso da *Aliança Mundial das Igrejas para promover a Paz e a Fraternidade entre as Nações*, que elege disseminar o «amor cristão» (cf., Alexander, 1918) ou, como é denominado, «Novo Espírito» – corolário de uma imprescindível «educação da comunidade mundial» –, declinado como «Igualdade e Fraternidade». Esta diretriz tem presente a recomendação (ou projeto) da Conferência de Washington, de 1921, sobre o «desarmamento geral» (cf., «Paz e Fraternidade entre as Nações», 1921). Subjacente, ainda, às posições da *Aliança Mundial das Igrejas*, está a adesão aos princípios da Sociedade das Nações, quando advoga a *Paz confederativa* (conceito de Kant explicado na obra *Vers la paix perpétuelle*, de 1795) como exprimindo a paz baseada no direito internacional (cf., Arcidiacono, 2011). Ao ser materializada – nomeadamente pelo Pacto da Sociedade das Nações de 1919 – reafirmava-se, explicitamente, que a paz em liberdade só seria possível no respeito pelo direito que une os Estados; pretendia-se mostrar aos povos «comment établir la paix internationale sans toucher à la liberté civile» (Arcidiacono, 2011: 439).

Nos meios evangélicos portugueses, repercutiam-se as críticas às intrínsecas «qualidades heroicas» – «abnegação, devoção, sacrifício», segundo alguns arautos das teses belicistas, como as do general prussiano Friedrich Von Bernhardt – dos alemães (Fernandes, 1921: 1) e ganhava consistência o apoio às teses defendidas na Conferência de Copenhaga, organizada pela Aliança Cristã Mundial da Paz, em 1922 (Fernandes, 1922b; «O Congresso Cristão da Paz em Copenhague», 1922; Silva, 1922a) em simultâneo com o eclodir de uma «consciência coletiva que visa a Paz mundial» que, de acordo com Eduardo Moreira (1922a), tem as suas raízes nos exemplos de «Frederico Passy, Alfredo Nobel e André Carnegie», que legaram os fundamentos do «pacifismo moderno»: a *fase* (modo como Eduardo Moreira substantiva os contributos dessas três personagens edificantes) *Passy* radica na apologia dos acordos internacionais como única via de salva-

⁹ Nos debates que consubstanciam a criação da Sociedade das Nações, interessará reter que Max Weber (perito do governo alemão à Conferência de Versailles) recusa liminarmente a «legenda da culpabilidade alemã» no deflagrar do conflito, ancorada em argumentos jurídicos que legitimam os interesses económicos, logo, segundo Weber, a imposição de uma «paz violenta» – cf., Max Weber, «De la culpabilité du déclenchement de la guerre (1919)» (2015: 101-117).

guarda da paz; da *fase Nobel* infere-se que a paz mundial tem que assentar numa «base humana e individual» modelar, e a *fase Carnegie* «encaminha-nos à base evangélica da regeneração da consciência, única forma de expulsar do coração humano o desejo de vingança e de decantar o Direito» (Moreira, 1922a: 2). Este é o paradigma que irá enformar a ação quotidiana nas comunidades e associações protestantes portuguesas. Naturalmente a estes pressupostos, ir-se-ão agrupar outros decorrentes das posições coletivas assumidas pelas Igrejas protestantes e as lições da experiência humanitária nas frentes de batalha durante o conflito.

Alfredo da Silva (1922b: 1-2), delegado português à Conferência Internacional da Aliança Cristã Mundial da Paz, realizada em Copenhaga, no sumário dos temas debatidos no fórum, elenca «os grandes problemas que atualmente preocupam as nações e que podem concorrer para a paz», destacando:

- 1º As condições das minorias raciais, políticas ou religiosas e o dever de lhes assegurar a liberdade;
- 2º Desarmamento;
- 3º O dever das Igrejas Cristãs na obra de reconciliação e reconstrução da sociedade;
- 4º Os conflitos sociais e a sua solução;
- 5º Os problemas da habitação, da assistência, da instrução e da proteção aos trabalhadores e os meios da sua solução imediata;
- 6º O alcoolismo: seus perigos e seu remédio;
- 7º A união do Cristianismo para a salvação do mundo.

Alfredo da Silva assinala o acontecimento da irmanação das Igrejas Cristãs Evangélicas, Protestantes e Ortodoxas, para que a «Liga das Nações se fortaleça e lhe sejam dados os meios para representar todos os estados do mundo e vir a ser o tribunal em que se dirimam pacificamente todas as questões» (Silva, 1922b: 2) e da unânime e incondicional subscrição das teses aprovadas.

Neste magno desafio para a Europa está implícito todo um programa para a sociedade civil de cada país, impulsionado pelas Associações Cristãs da Mocidade, que tenha presente, quer o «trabalho pioneiro desenvolvido pelo TV na frente de batalha», quer dois princípios reitores: i) «nacionalismo dentro do internacionalismo», que traduz a delicada «adaptação às características da raça e do povo» do exercício de consolidação dos direitos individuais e sociais, não só no quadro normativo, mas sobretudo como *modus vivendi*; e ii) neutralidade religiosa, como reconhecimento da pluralidade de discursos (religiosos, étnicos, políticos) como fator da tolerância e cooperação internacional. A disseminação destes princípios opera-se por uma educação integral (física, intelectual, espiritual e social) que promova o altruísmo, a tolerância, a bondade e a lealdade, gerando um espírito (carácter ou personalidade) cristão alicerçado no *outroísmo* – termo que recobre o altruísmo enquanto preceito de praticar o «auxílio mútuo», formando-se em

simultânea uma personalidade –, na *intercidadania* e no *interracionalismo* (que se podem traduzir nos neologismos: laicidade e multiculturalismo), como estruturantes de uma sociedade baseada no direito e nas relações internacionais (a principal lição do conflito bélico). É, portanto, em torno de dinâmicas educacionais que vai germinando essa personalidade, que, por definição, deve ser universalista (ou, num outro registo: ecuménica), envolvendo uma pedagogia em ação, como investimento na interrelação e comunicação (cf., Afonso, 2015). A uma modernidade no relacionamento humano, subjaz uma secularização dos princípios cristãos; esta é, em síntese, a fórmula praticada para fomentar a paz.

4. Nota final

Neste esboço pretendemos destacar duas dimensões da receção, nas comunidades protestantes portuguesas, ao conflito bélico que assolou a Europa.

1. A I Guerra Mundial é uma fratura primogénita na Europa, quer pelas heranças que legou – marcando sintomaticamente a Conferência de Paris, de 1919, o fim de uma época e o início de outra –, quer pelos impactos humanos e sociais, de carácter socioantropológico e demográfico e no quadro da psicologia coletiva. Em Portugal, os movimentos protestantes viveram os anos de guerra com prudência política em paralelo com a galvanização patriótica. O drama das mortes nas frentes de combate incrustou-se em muitas famílias evangélicas, que estoicamente viveram a perda sem abandonarem o seu programa social que neste período implicou abraçarem a experiência humanitária do Triângulo Vermelho, dinamizado pelas Associações Cristãs da Mocidade americanas no continente Europeu.

2. No *post* Guerra, num clima mundial de procura de compromissos que salvaguardassem a paz e a cooperação internacional e em contextos de reconstrução social, impunha-se a assunção de um novo ciclo do associativismo protestante. As lições do Triângulo Vermelho no desenvolvimento de uma «tolerância maior» e como «preparação para um grande trabalho construtivo na paz», foram entusiasticamente recebidas pelos protestantes em Portugal, na década de 1920, que as aplicaram como projeto de educação integral para a «disseminação de uma lógica de internacionalismo e cooperação entre as nações contra o belicismo» e em prol da paz.

Agradecimento: Este trabalho contou com o apoio do CIEd – Centro de Investigação em Educação, no quadro dos projetos UID/CED/1661/2013 e UID/CED/1661/2016, Instituto de Educação, Universidade do Minho, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

Correspondência: Instituto da Educação da Universidade do Minho, Universidade do Minho, 4710-057, Braga
Email: jafonso@ie.uminho.pt

Referências bibliográficas

- Afonso, José António (2014). Assistência e ensino no quadro da separação em ambientes evangélicos. *Vértice*, 172, 84-104.
- Afonso, José António (2015). As Associações Cristãs da Mocidade em Portugal: Leituras cruzadas a partir do *Triângulo Vermelho* (1920-1923). In José Maria Hernández Díiz (Coord.), *La prensa de los escolares y estudiantes: Su contribución al patrimonio histórico educativo* (pp. 247-263). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Alexander, Hugh Edward (1918). *Ministère public pour les temps actuels*. Bienne: Publications de l'Alliance Biblique.
- Angenot, Marc (2010). *El discurso social: Los límites de lo pensable y lo decible*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Araújo, Francisco Miguel (2015). Aliados versus inimigos da ação: Sociabilidades no Porto da Grande Guerra (1914-1918). *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, 6, 145-159.
- Arcidiacono, Bruno (2011). *Cinq types de paix: Une histoire des plans de pacification perpétuelle (XVIIe-XXe siècles)*. Paris: PUF.
- Buchan, John (s.d.). *A Batalha de Somme: Segunda phase*. Paris: Thomas Nelson & Sons.
- Canas, António Costa (2015). Assistência religiosa em Portugal na Grande Guerra. In *Actas do Colóquio Internacional: A Grande Guerra: Um Século Depois* (pp. 191-211). Lisboa: Academia Militar.
- Charle, Christopher (2004). *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Paris: Le Seuil.
- Comité Internacional «Veritas» (1918). *Documentos para a História Geral da Guerra de 1914, II: Práticas extra-militares dos exércitos Austro-Alemães*. Stamford: J. E. C. Potter.
- Durkheim, Émile (1991). *«L'Allemagne au-dessus de tout»: La mentalité allemande et la Guerre*. Paris: Armand Colin.
- Farre, J. A. (s.d.). *War and Christianity*. London: Hodder & Stoughton.
- Ferreira, José Medeiros (1992). *Portugal na Conferência da Paz, Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal.
- Hankey, Donald (1919). *A student in arms*. London: Andrew Melrose, Ltd.
- Herwing, Holger H. (1977). *The First World War: Germany and Austria*. London: Arnold.
- Kipling, Rudyard (2016). *Crônicas de la Primera Guerra Mundial*. Madrid: Fórcola.
- Lázaro Lorente, Luis Miguel (2016). El «Espíritu de Ginebra» y los educadores españoles entreguerras. In José María Hernández Díaz (coord.), *Influencias suizas en la educación española e iberoamericana* (pp. 37-52). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Lopes, Carlos Jorge Alves (2012). *Os portugueses na Grande Guerra: Uma experiência de combate e de cativo* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Aberta de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Lozano, Álvaro Locano (2014). *La Gran Guerra (1914-1918)*. Madrid: Marcial Pons.
- Magalhães, Pedro T. (2014). Politics beyond liberalism? Max Weber's political thought and the German critical juncture of 1917-1919. In Maria Fernanda Rollo, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Ana Paula Pires, Alice Cunha, & Isabel Maria Freitas Valente (Coords.), *A Europa no Mundo entre as Guerras: 1919-1939* (pp. 73-33). Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – IHC / CEIS20.
- Marques, Isabel Pestana (1995). *Os portugueses nas trincheiras: Um quotidiano de guerra* (Dissertação de mestrado não publicada) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

- Marsden, George M. (1992). *Fundamentalism and American culture: The shaping of Twentieth Century Evangelicalism, 1870-1925*. New York: Oxford University Press.
- Monteiro, Américo Enes (2000). *A recepção da obra de Friedrich Nietzsche na vida intelectual portuguesa (1892-1939)*. Porto: Lello Editores & Centro Regional do Porto – Universidade Católica Portuguesa.
- Moura, Maria Lúcia de Brito (2010). *Nas trincheiras de Flandres: Com Deus ou sem Deus, eis a questão*. Lisboa: Colibri.
- Moura, Maria Lúcia de Brito (2015). Religion (Portugal). In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer, & Bill Nasson (Eds.), *1914-1918-online: International encyclopedia of the First World War*. Berlin: Freie Universität Berlin. doi:<http://dx.doi.org/10.15463/ie1418.10505>.
- Porque tem a Guerra que ser prosseguida* (1917). London: Alabaster Passmore & Sons, Ltd.
- Sampaio, Guilherme (2010). Religião, república e guerra. *Ecclesia* [Edição especial: Centenário da República], 1258, 54-61.
- Teixeira, N. S. (2015). Portugal e a Grande Guerra: Entre a memória do passado e os desafios do futuro. In Conceição Garvão (Coord.), *Portugal e a I Guerra Mundial (1914-1918): Colóquio: Assembleia da República, 7 de outubro de 2014* (pp. 21-24). Lisboa: Edição da Assembleia da República.
- Un soldat sans peur et sans reproche: Pages dédiées aux jeunes pour leur servir d'exemple. En Mémoire de André Cornet-Auquier. Extraits de sa correspondance et discours prononcé par le Pasteur H. Gambier* (1918). Toulouse: Société d'Édition de Toulouse.
- Ventura, António (2015). A Maçonaria Portuguesa e a Grande Guerra: Assistência religiosa em Portugal na Grande Guerra. In *Actas do Colóquio Internacional: A Grande Guerra: Um Século Depois* (pp. 33-46). Lisboa: Academia Militar.
- Weber, Max (2015). *Discours de guerre et d'après-guerre: Textes [1916/1919] réunis et présentés par Hinnerk Bruhns*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales.

Fontes documentais

Periódicos

- A Luz e Verdade*, Porto, nº 1 (1902) a nº 12 (1922).
- Amigo da Infância*, Lisboa/Porto, nº 1 (1874) a nº 12 (1939).
- Igreja Lusitana (Católica, Apostólica e Evangélica), Vila Nova de Gaia, nº 1 (1894) a nº 531 (1923).
- Light & Truth, A Record of Church Reformation Work in Spain, Portugal, Mexico and Other Parts of Christendon*, nº 1, vol. I, January. 1881 (et passim).
- O Bom Pastor*, Candal (Vila Nova de Gaia), Agosto. 1901 a Dezembro. 1916 [nº 70, 7º Anol.
- Portugal Evangélico*, Propriedade da Igreja Evangélica Metodista Portuguesa, Porto, nº 1 (1920) a nº 144 (1932).
- Triângulo Vermelho*, Órgão das Associações Cristãs da Mocidade. Revista Mensal Ilustrada, Lisboa, nº 1 (1920) a nº 20 (1923).

Artigos e outros impressos

- «A América do Norte no conflito Mundial» (1917). *Igreja Lusitana*, nº 422, p. 3.
- «A atitude do cristão na guerra actual» (1916). *A Luz e Verdade*, nº 9, p. 1.
- «A carta do filho» (1916). *Igreja Lusitana*, nº 391, p. 3.
- «A Guerra Europeia» (1917). *O Mensageiro*, nº 95, p. 2.
- «A letter from Senhor Eurico Figueiredo» (1919). *Light & Truth*, nº 1, p. 5.
- «A nossa gravura: 4 filhos de Flower voluntários» (1915). *A Luz e Verdade*, nº 1, p. 3.
- «A nossa gravura: filhos de Hebert Cassels que se alistaram» (1916). *A Luz e Verdade*, nº 7, p. 2.
- «A Portuguese Red Cross Chaplain» (1917). Religion in Portugal. *Light & Truth*, nº 4, p. 42.
- «Acepção e Cooperação» (1916). *Igreja Lusitana*, nº 409, p. 3.
- «Alfred Flower» (1916). *A Luz e Verdade*, nº 10, p. 3.
- «Aliança Mundial das Associações da União Cristã da Mocidade» (1920). *Igreja Lusitana*, nº 484, p. 2-3.
- «As Uniões Cristãs e a Guerra» (1917). Onde está a felicidade dos povos? *A Luz e Verdade*, nº 5, p. 2.
- «Associação Cristã de Estudantes» (1918). *Ilustração Portuguesa*, nº 645, p. 3-4.
- «Bom exemplo: Pão bastante para os soldados» (1918). *A Luz e Verdade*, nº 8-9, p. 6.
- «Carlos A. Swan» (1917). *Igreja Lusitana*, nº 429, p. 3.
- «Carta do Dr. Francisco E. Clark, presidente da União Universal do Esforço Cristão» (1916). *Igreja Lusitana*, nº 407, p. 3-4.
- «Carta dos membros Suíços da Aliança Evangélica, dirigida aos cristãos da Europa» (1914). *Igreja Lusitana*, nº 364, p. 4.
- «Como morre um soldado cristão» (1918). *O Amigo da Infância*, nº 1, p. 7.
- «Condecoração» (1918). *Igreja Lusitana*, nº 442, p. 3; nº 452, p. 3.
- «Cristo em Flandres» (1916). *O Bom Pastor*, nº 70, p. 7.
- «Deus e as Nações» (1917). *A Luz e Verdade*, nº 6, p. 1.
- «Ecos da Guerra» (1916a). *O Bom Pastor*, nº 69, p. 4-5.
- «Ecos da Guerra» (1916b). *O Bom Pastor*, nº 70, p. 3-4.
- «Ecos da Guerra» (1917). *Igreja Lusitana*, nº 421, p. 4; nº 422, p. 3.
- «Editorial Notes» (1916). *Light & Truth*, nº 4, p. 57-63.
- «Editorial Notes» (1918). *Light & Truth*, nº 4, p. 29-31.
- «Editorial Notes» (1919). *Light & Truth*, nº 2, p. 9-15.
- «Efeitos da Guerra» (1916). *O Bom Pastor*, nº 68, p. 9.
- «Em homenagem aos heróis que sacrificaram a vida nos campos da Flandres e da África» (1921). *Igreja Lusitana*, nº 503, p. 2.
- «Em prol dos nossos soldados e da Cruz Vermelha» (1918). *Igreja Lusitana*, nº 436, p. 3.
- «Em prol dos nossos soldados no front» (1917). *Igreja Lusitana*, nº 432, p. 2 (*et passim*).
- «Esclarecimento» (1918). *Igreja Lusitana*, nº 437, p. 3-4.
- «Expressão de simpatia dos membros suíços da Aliança Evangélica aos cristãos europeus» (1914). *A Luz e Verdade*, nº 10, p. 2.

- «Extractos da carta dum soldado na linha de batalha» (1916). *A Luz e Verdade*, nº 1, p. 2.
- «Godfrey Flower» (1918). *A Luz e Verdade*, nº 1, p. 1.
- «Godfrey Flower» (1918). *Igreja Lusitana*, nº 435, p. 4.
- «Herbert Cassels» (1918). *Igreja Lusitana*, nº 450, p. 2.
- «Mensagem do Presidente Wilson aos soldados americanos» (1918). *O Amigo da Infância*, nº 1, p. 3.
- «Militares mobilizados» (1917). *Igreja Lusitana*, nº 427, p. 1.
- «Na Actualidade» (1914). *Igreja Lusitana*, nº 365, p. 2.
- «Novo Capitão» (1918). *Igreja Lusitana*, nº 439, p. 3.
- «O assassinato do Presidente da República» (1919). *Igreja Lusitana*, nº 453, p. 3-4.
- «O Congresso Cristão da Paz em Copenhague» (1922). *O Amigo da Infância*, nº 12, p. 93.
- «O Evangelho e a Guerra» (1916). *O Mensageiro*, nº 98, p. 2.
- «O Marechal Fox» (1919). *Igreja Lusitana*, nº 453, p. 4.
- «O prisioneiro de guerra» (1918). *O Amigo da Infância*, nº 6, p. 1-2.
- «O Tenente Alfredo Flower» (1917). *Igreja Lusitana*, nº 419, p. 1.
- «O Tenente Ernesto Smith» (1916). *Igreja Lusitana*, nº 401, p. 1.
- «O Triângulo Vermelho» (1918). *Igreja Lusitana*, nº 438, p. 2.
- «O Triângulo Vermelho Português» (1921). *Igreja Lusitana*, nº 490, p. 4; nº 491, p. 2.
- «Os horrores da Guerra e o dever das Igrejas, segundo Lloyd George» (1922). *Portugal Evangélico*, nº 23, p. 3.
- «Os nossos mártires da Guerra» (1916). *O Amigo da Infância*, nº 9, p. 69.
- «Os nossos unionistas na Guerra» (191). *A Luz e Verdade*, nº 1, p. 5.
- «Patriotismo e Religião» (1916). *O Bom Pastor*, nº 68, p. 4-5.
- «Paz e Fraternidade entre as Nações» (1921). *A Luz e Verdade*, nº 11, p. 3.
- «Portugal e a Guerra» (1918). *Igreja Lusitana*, nº 442, p. 2.
- «Portugal e Alemanha» (1916). *O Bom Pastor*, nº 67, p. 1.
- «Proclamando a vitória» (1919). *O Amigo da Infância*, nº 1, p. 1.
- «Promoções» (1917). *Igreja Lusitana*, nº 429, p. 1-2.
- «Roma e a Guerra» (1918). *A Luz e Verdade*, nº 8-9, p. 2.
- «Serviço Memorial» (1916). *Igreja Lusitana*, nº 391, p. 2-3.
- «Serviço Memorial» (1918). *Igreja Lusitana*, nº 434, p. 2.
- «Spanish and Portuguese Church Aid Society: Annual Report, 1917-1918» (1918). *Light & Truth*, nº 2, p. 25-27.
- «Triângulo Vermelho» (1918). *A Luz e Verdade*, nº 8-9, p. 5-6.
- «Triângulo Vermelho» (1919). *Igreja Lusitana*, nº 453, p. 4.
- «Triângulo Vermelho Português» (1918). *Igreja Lusitana*, nº 443, p. 4; nº 444, p. 3; nº 445, p. 2; nº 446, p. 2; nº 447, p. 3-4.
- «Triângulo Vermelho Português» (1919). *Igreja Lusitana*, nº 456, p. 2-3.
- «Triângulo Vermelho Português» (1920). *Igreja Lusitana*, nº 482, p. 4.
- «Triângulo Vermelho Português em Coimbra» (1919). *Ilustração Portuguesa*, nº 708, p. 213-214.
- «Triângulo Vermelho Português» (1917). *A Luz e Verdade*, nº 11, p. 2.
- «Triângulo Vermelho Português» (1918). *Ilustração Portuguesa*, nº 644, p. 497.

- «Triângulo Vermelho Português» (1919a). *Ilustração Portuguesa*, nº 676, p. 98.
- «Triângulo Vermelho Português» (1919b). *Ilustração Portuguesa*, nº 692, p. 415.
- «Triângulo Vermelho» (1917). *Igreja Lusitana*, nº 429, p. 4.
- «Triângulo Vermelho» (1919). *Ilustração Portuguesa*, nº 685, p. 268.
- «Um apelo aos Esforçadores em todo o mundo, pelo Presidente da União do Esforço Cristão do Mundo» (1914). *Igreja Lusitana*, nº 366, p. 3-4; nº 367, p. 3.
- «União Cristã da Mocidade» (1920). *Igreja Lusitana*, nº 479, p. 3.
- «Visita ao Triângulo Vermelho Português» (1919). *Igreja Lusitana*, nº 456, p. 2-3.
- Araújo, Armando Pereira (1916). Boa ideia... *O Amigo da Infância*, nº 6, p. 42-43.
- Araújo, Armando Pereira (1918). Os capelões militares. *A Luz e Verdade*, nº 8-9, p. 2.
- Cassels, Diogo (1918). Homenagem aos nossos bravos soldados: O Amor da Pátria. *Igreja Lusitana*, nº 447, p. 2-3.
- Clark, Myron A. (1915). À mocidade académica. Coimbra: (s.e.).
- Clark, Myron A. (1918). O triângulo vermelho. *Igreja Lusitana*, nº 442, p. 1-2.
- Clark, Myron A. (1918). Carta de França. *A Luz e Verdade*, nº 6, p. 2-3.
- Fernandes, Fernandes, José A. (1921). Evangelho e guerra. *Portugal Evangélico*, nº 10, p. 1.
- Fernandes, Fernandes, José A. (1922a). O poder que se não conquista. *Portugal Evangélico*, nº 24-25, p. 1-2.
- Fernandes, Fernandes, José A. (1922b). Portugal em Copenhague. *Portugal Evangélico*, nº 23, p. 1
- Ferreira, Belarmino A. (1917). A Paz, a Paz!. *A Luz e Verdade*, nº 6, p. 1.
- Figueiredo, Eurico (1919). Conferência de Dieppe: Onde está a felicidade dos povos?. *A Luz e Verdade*, nº 5, p. 2.
- Figueiredo, Eurico A. (1920). A liga das nações. *A Luz e Verdade*, nº 5, p. 2.
- Figueiredo, J. Santos (1917). Onde está a felicidade dos povos?. *A Luz e Verdade*, nº 2, p. 4.
- Figueiredo, J. Santos (1918). A força que vence. *A Luz e Verdade*, nº 12, p. 4.
- Flower, F. Harold (1916). Carta de França. *A Luz e Verdade*, nº 9, p. 1.
- Flower, Frederico W. (1914a). A guerra. *A Luz e Verdade*, nº 9, p. 1.
- Flower, Frederico W. (1914b). A paz. *A Luz e Verdade*, nº 12, p. 3.
- Flower, Rev. Frederico W. (1919). Work in Portugal. *Light & Truth*, nº 3, p. 20-22.
- Flower, Frederico W. (1920). A Irlanda. *A Luz e Verdade*, nº 4-5, p. 1-2.
- Flower, Frederico W. (1922). O conflito da Irlanda. *A Luz e Verdade*, nº 5, p. 1.
- For the Healing of the Nations. A popular report of the British and Foreign Bible Society for the year MCMXV-XVII* (1915). London: The Bible House.
- Génesis (André Boy Cassels). (1916a). Filosofia e ideologia. *O Bom Pastor*, nº 68, p. 3-4; nº 69, p. 9-10.
- Génesis (André Boy Cassels) (1916b). Pão caro: Pão barato!. *O Bom Pastor*, nº 69, p. 1-2.
- Génesis (André Boy Cassels) (1916c). Visitantes ao campo de Bbthalha. *O Bom Pastor*, nº 69, p. 10-11.
- Godfrey, F. (1917a). Como aprendi a voar. *A Luz e Verdade*, nº 9, p. 3-4.
- Godfrey, F. Flower. (1917b). A União Cristã da mocidade na França. *A Luz e Verdade*, nº 12, p. 3.
- Moreira, Eduardo (1915). Para onde vamos!. *O Mensageiro*, nº 90, p. 1-2.
- Moreira, Eduardo (1916a). Portugal no conflito Europeu. *A Luz e Verdade*, nº 6, p. 1.
- Moreira, Eduardo (1916b). *Vaés para a Guerra?* Lisboa: Livraria Evangélica.
- Moreira, Eduardo (1918a). Tréguas de Deus. *O Mensageiro*, nº 101, p. 1-2.

- Moreira, E. (1918 b). Triângulo Vermelho Português. *Ilustração Portuguesa*, nº 631, p. 233-235.
- Moreira, Eduardo (1921). Os anónimos do Evangelho. *O Mensageiro*, nº 104, p. 2.
- Moreira, Eduardo (1922a). As verdadeiras bases da paz. *O Mensageiro*, nº 107, p. 1-2.
- Moreira, Eduardo (1922b). *De Sarajevo a Versalhes: Novela da Grande Guerra*. Lisboa/Porto: Ed. da Revista Triângulo Vermelho.
- Moreton, Roberto H. (1914). Um aspecto da guerra. *A Luz e Verdade*, nº 11, p. 2
- Moreton, Roberto H. (1915). Roma e a Guerra. *A Luz e Verdade*, nº 2, p. 1-2.
- Moreton, Roberto H. (1916a). Nietzsche e a revolta anticristã. *A Luz e Verdade*, nº 3, p. 2-3.
- Moreton, Roberto H. (1916b). Orações pelos defuntos: Ensino da Palavra de Deus. *A Luz e Verdade*, nº 7, p. 1-2.
- Presidente da União do Esforço Cristão do Mundo (F. E. Clark) (1914). Um apelo aos Esforçadores em todo o mundo. *Igreja Lusitana*, nº 366, p. 3-4; nº 367, p. 3.
- Redactor (Armando Pereira de Araújo). (1916). Morrendo pela Justiça. *O Bom Pastor*, nº 68, p. 9.
- Redactor (Armando Pereira de Araújo) (1916). Pela Pátria. *O Bom Pastor*, nº 67, p. 1-2.
- Redactor (Armando Pereira de Araújo) (1916). Tenente Alfredo Flower. *O Bom Pastor*, nº 69, p. 2-3.
- Santos e Silva, J. A. (1914). Lições da Guerra. *O Mensageiro*, nº 89, p. 1-2.
- Santos, Júlio Roberto dos (1918). Paz! *O Mensageiro*, nº 101, p. 2-3.
- Searle, Eva (1919). A maior necessidade do mundo. *O Amigo da Infância*, nº 11, pp. 82-84.
- Smith, Etelvina J. (1916). Correspondência. *Igreja Lusitana*, nº 400, p. 3-4.
- Silva, Alfredo da (1922a). Conferência Cristã da Paz em Copenhague. *Portugal Evangélico*, nº 24-25, p. 2.
- Silva, Alfredo da (1922b). Conferência Cristão da Paz em Copenhague. *A Luz e Verdade*, nº 9, p. 1-2.
- Silva, Maria Sofia da (1918). Um copo de água fria (episódio da Grande Guerra). *O Amigo da Infância*, nº 10, pp. 74-76.
- The President of the Lusitanian Synod (1917). Religion in Portugal. *Light & Truth*, nº 3, p. 24-26.
- The President of the Lusitanian Synod, Rev. J. S. Figueiredo (1918). The National and Religious Work of the Lusitanian Church. *Light & Truth*, nº 2, p. 18-19.
- The President of the Lusitanian Synod, Rev. J. S. Figueiredo (1920). The present social and religious state of Portugal. *Light & Truth*, nº 2, p. 18-20.
- The President of the Lusitanian Synod, Rev. J. S. Figueiredo (1922). Christianization of Portugal: General work of the Lusitanian. *Light & Truth*, nº 2, p. 21-23.
- Torres, Paulo Irwin (1918). Façamos na Paz o que não pudemos fazer na Guerra. *A Luz e Verdade*, nº 11, p. 1.
- Wright, Henrique Maxwell (1915). Conferência sobre a Turquia na presente conflagração. *Igreja Lusitana*, nº 389, p. 3.